

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO: APRENDIZAGENS E REFLEXÕES

AUTORES: Clara Ribeiro Camargo¹, Guilherme Gonçalves², Renato Ulhôa Cintra³, Beatriz Stamato⁴, Julio Ruffin⁵, Maristela Simões do Carmo⁶, Rodrigo Machado Moreira⁷

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre um projeto de Residência Agrária Jovem, ainda em andamento, em escolas de educação popular em dois assentamentos rurais: um na região de Itapeva (SP) e outro na região de Iaras (SP). A pergunta que guia o projeto é de que maneira estes cursos de formação em agroecologia estimulam a transição agroecológica em nível local. Os resultados alcançados até o momento sugerem que o protagonismo juvenil, a articulação com outras redes, o fortalecimento dos laços de proximidade entre esses jovens e a geração de renda por meio da venda dos produtos são fatores fundamentais para a continuidade da transição agroecológica no território. Muito embora os cursos ainda estejam iniciando estes processos, eles são fundamentais para possibilitar que esses jovens enxerguem a agroecologia como um modelo de desenvolvimento rural viável e sustentável. Porém, eles apenas poderão ser relevantes para a história local se as políticas públicas que os permitem existir forem fortalecidas e replicadas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Agroecologia; Juventude

ABSTRACT

This article aims to reflect about a Project about Young Agrarian Residence, still in progress, at popular education schools in two rural settlements: one of them in the region of Itapeva (SP) and the other one in the region of Iaras (SP). The question that guides this article is how these agroecology courses encourage agroecological transition in a local level. The results achieved till this moment suggest that youth protagonist, the coordination with other networks, the strengthening of close ties among the youth and income generation through selling the products are fundamental factors to keep agroecological transition at the territory. Although the courses are still starting these local

¹ Graduada em Relações Internacionais pela UNESP, mestre em Ciência Ambiental pela USP, atualmente é integrante da equipe do projeto de Residência Agrária Jovem e do Instituto Giramundo Mutuando.

² Engenheiro agrônomo pela UNESP, atualmente é integrante da equipe do projeto de Residência Agrária Jovem e do Instituto Giramundo Mutuando.

³ Engenheiro Florestal pela UNESP, atualmente é integrante da equipe do projeto de Residência Agrária Jovem e do Instituto Giramundo Mutuando.

⁴ Psicóloga, Doutora em Educação e Diretora Geral do Instituto Giramundo Mutuando.

⁵ Biólogo, atualmente é integrante da equipe do projeto de Residência Agrária Jovem e do Instituto Giramundo Mutuando.

⁶ Engenheira Agrônoma, Doutora em Ciências Econômicas, atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual Paulista e professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas. É a coordenadora do referido projeto.

⁷ Médico Veterinário, Doutor em Agroecologia, atualmente é professor da Universidade Estadual da Paraíba.

processes, they are fundamental to make possible to these young people see agroecology as a feasible and sustainable model for rural development. However, they can only be relevant to local history if public policies that allow them to exist are strengthened and replicated.

KEYWORDS

Education; Agroecology; Youth

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A educação no Campo no Brasil sofre um processo de desmonte. Entre 2003 e 2013, foram fechadas 32.000 escolas no meio rural e as crianças e jovens do campo se vêem obrigadas a ir estudar nas cidades, adquirindo conhecimentos muitas vezes distantes da realidade em que vivem. Muitas delas têm seus direitos ao estudo negados, pela falta de estrutura de um ensino básico no campo, fato revelado pela taxa de 23,3% de analfabetismo no Brasil rural, de acordo com a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Brasília, 2005)⁸.

O meio rural também passa, nas últimas décadas, por um processo de êxodo de sua população. Se em 1980, a população rural representava 32,3 % da população e a urbana representava, 67,7 %, em 2010, esse número passa a ser 15,64% e 84,36%, respectivamente.

Apesar destes dados populacionais justificarem, muitas vezes o fechamento das escolas do campo, em muitos casos, este pode ser mais um motivo para a família rural se mudar para as cidades, provocando um inchaço das periferias e aumentando, em diversos casos, a vulnerabilidade social dessa população. Preocupante é o fato de que o aumento da população urbana faz crescer o número de consumidores de alimentos, enquanto diminui o número de produtores de alimentos, ainda mais se considerarmos a idade média da população rural que vem envelhecendo.

Diante desse contexto e da exclusão que os filhos dos trabalhadores rurais sem-terra sofrem nas escolas, o MST, em parceria com outros movimentos sociais do campo iniciaram uma luta na área do latifúndio do saber, reivindicando um Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, o que foi conquistado em 1998, dois anos após o Massacre de Eldorado de Carajás, o que impulsionou bastante a reivindicação pelos direitos básicos aos trabalhadores sem-terra. Além destas reivindicações, o coletivo de educação do MST veio discutindo metodologias de trabalho mais adequados à construção do conhecimento no meio rural que fosse crítico, que refletisse sobre a prática e propusesse uma transformação da realidade. Com o passar dos anos, o governo federal começou a lançar editais de projetos que trabalhassem no formato de educação proposto pelos movimentos sociais: o Residência Agrária.

Foi neste contexto e graças à existência dessa política conquistada pela luta dos movimentos sociais que surgiu a parceria entre Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto Giramundo Mutuando, MST e 2 Escolas de Educação Popular do movimento: Rosa Luxemburgo e Laudenor de Souza. Com a abertura do edital pelo Incra, Secretaria Nacional da Juventude, Ministério do Desenvolvimento Agrário e CNPq, foi discutido entre as dirigências dos assentamentos, Instituto e Universidade a possibilidade de criar um curso de agroecologia à juventude do campo das regionais de Iaras e Itapeva (SP), permitindo a esses jovens adquirir conhecimentos técnicos e políticos sobre a produção de alimentos, aliado à conservação ambiental.

⁸ A pesquisa pode ser acessada no link: <http://www.lepel.ufba.br/PNERA.pdf>

A parceria apenas foi consolidada, pois já existia uma relação prévia de parceria nestes territórios, desenvolvida através de projetos de assistência técnica e extensão rural agroecológica. A proposta então apenas se consolidou: os cursos de agroecologia para a juventude rural nas escolas de educação popular poderiam ser um instrumento para tornar esses jovens sujeitos de sua própria história e atores do desenvolvimento do território onde se encontram.

Importante pontuar que o projeto ainda está em andamento e é financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Os pesquisadores envolvidos fazem parte das seguintes instituições:

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP – Faculdade de Ciências Agrárias – FCA – Campus de Botucatu; Unicamp- Universidade Estadual de Campinas; Instituto Giramundo Mutuando; Cooperativa dos Produtores de Plantas Mediciniais (COOPLANTAS, Itaberá); Cooperativa dos Pequenos Produtores e Assentados de Itapeva (COAPRI, Itapeva); APTA (Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio); Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos); Escola Estadual Laudenor de Souza; Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburg.

OBJETIVO

Após um ano e meio de experiência com os cursos, este artigo visa refletir sobre o processo por meio da seguinte pergunta: de que maneira os cursos de residência agrária jovem contribuem para a transição agroecológica?

Para isso, é fundamental resgatar o objetivo geral do projeto, definido como: Desenvolver, no período de 2 anos, atividades de capacitação profissional, extensão rural agroecológica e comunicação junto a jovens de 15 a 29 anos, visando desenvolver os assentamentos de Pirituba II, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá e Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado nos municípios de Iaras, Borebi, Agudos e Águas de Santa Bárbara, bem como jovens provenientes da Agricultura Familiar da região de Botucatu, todos estes no Estado de São Paulo. As atividades desenvolvidas visam a experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento destas famílias agricultoras e suas organizações de base, por meio de:

- 1) Planejamento detalhado em conjunto com as entidades parceiras e Organizações de Base para a elaboração do processo formativo;
- 2) Identificação e visibilização das experiências de referência em Agroecologia e tecnologias sociais, diagnóstico de demandas (técnico-produtivas, organizacionais de beneficiamento e comercialização) e potenciais organizações de apoio para formação de rede de suporte;
- 3) Realização das atividades de formação técnica em regime de alternância com parceiros e sobre as temáticas identificadas;
- 4) Apoio na consolidação de Unidades Demonstrativas em tecnologias de base ecológica;
- 5) Fomento a organização para acesso a mercados institucionais de jovens rurais;

6) Sistematização e visibilização dos resultados e experiências realizadas por meio de informativo; vídeos de bolso; plataforma de educação à distância, livro digital/Caderno Agroecológico Juventude Rural, com experiências mapeadas e sobre Juventude Rural; e registro no Observatório de Soberania Alimentar e Agroecologia Emergente – OSALA vinculado ao ISEC/Universidade de Córdoba - Espanha;

7) Articulação de jovens em eventos estaduais com o tema Juventude e Agroecologia.

Essas etapas visam promover, por meio de metodologias participativas, a diversificação da produção, a organização para a comercialização, a participação de jovens agricultores/as junto a mercados institucionais, o envolvimento de organizações em redes de apoio técnico e de consumo e, principalmente, promover o intercâmbio destas experiências visando fomentar o uso de tecnologias de produção, beneficiamento e comercialização adaptadas à agricultura familiar e camponesa das localidades trabalhadas e do Estado de São Paulo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no projeto utiliza das fontes da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia da Práxis. Com relação à primeira metodologia trabalhada, o curso está dividido em Tempo Escola e Tempo Comunidade. Durante o Tempo Escola, os educandos permanecem durante 10 dias nas escolas de Educação Popular ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. É nesse momento que são trabalhados conteúdos de formação técnica relacionada à produção de alimentos, assim como a formação política que dê elementos para se pensar a estruturação econômica, sociológica e cultural do Brasil, além de uma parte que visa a formação cultural desses jovens, estimulando a arte (música, grafitti, teatro) como ferramenta pedagógica e de formação da consciência.

De acordo com TEIXERA et al,

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006 apud TEIXEIRA, et al, 2008).

Como os educandos desse projeto são estudantes do ensino médio ou de cursos técnicos, ou são recém formados, optou-se por realizar os Tempos-Escola durante as férias (janeiro e julho). Nos períodos de Tempo Comunidade, os educandos são estimulados a colocar em prática os conteúdos adquiridos e a dialogar com a comunidade (família, vizinhos) as práticas agrícolas, de comercialização e das dinâmicas da vida rural como um todo.

Esse método traz exatamente essa proposta de ampliar o espaço educativo, entendendo não apenas a sala de aula como espaço de construção do conhecimento, mas também as experiências locais, as pessoas mais velhas, as dinâmicas do território, enfim, as especificidades e as vivências do indivíduo ou grupo social.

Para compreender essa metodologia vale à pena resgatar, portanto, como ela surgiu e se estruturou enquanto proposta pedagógica. De acordo com TEIXEIRA et al,

Um pequeno grupo de agricultores franceses insatisfeitos com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades de uma Educação para o meio rural, iniciou em 1935 um movimento que culminou no surgimento da Pedagogia da Alternância (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Magalhães, 2004). Esse grupo enfatizava a necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais dos adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região.

No ensino organizado por esses agricultores, com o auxílio de um padre católico, alternavam-se tempos em que os jovens permaneciam na escola - que naquele primeiro momento consistia em espaço cedido pela própria paróquia - com tempos em que estes ficavam na propriedade familiar. No tempo na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola; no tempo na família, os pais se responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. A idéia básica era conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família (Nosella, 1977; Pessotti, 1978; Azevedo, 1999; Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Magalhães, 2004).

Neste sentido de conciliação entre estudos e trabalho, a pedagogia da *práxis* aparece também como um excelente método complementar. *Práxis*, em grego, significa, literalmente ação. Portanto, entendemos essa perspectiva como aquela que valoriza o fazer e o pensar, considerando a dialética existente entre esses atos. Porém, de acordo com Moacir Gadotti, parceiro de Paulo Freire e um dos principais autores dessa corrente,

A pedagogia da *práxis* é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, os afronta, desocultando-os (...) Caminha assim da prática à teoria e da teoria à prática. A educação é um fenômeno dinâmico e permanente como a própria vida e o educador busca compreender justamente esse fenômeno para compreender melhor o que faz.

Sendo assim, este autor coloca a importância da transformação social como objetivo da pedagogia da *práxis*. Em suas palavras,

O referencial maior dessa pedagogia é a *práxis*, a ação transformadora. Por isso esse livro que resulta de uma prática da pedagogia do conflito – de pedagogia da *práxis*. Esta poderia ser considerada como uma nova versão da pedagogia pragmática que entende a *práxis* como prática estritamente utilitária, reduzindo o verdadeiro ao útil. Contudo, mais do que a escola nova, a pedagogia da *práxis* evoca a tradição marxista da educação, pois traz o significado da ação transformadora.

Dessa maneira, para essa visão, os seres humanos e, portanto, os educandos, são seres criadores, sujeitos da história, que se transforma na medida em que transformam o mundo.

É, assim, uma pedagogia adequada à adolescência e à juventude rural, idade cheia de conflitos e, por isso mesmo, uma idade de fascinantes transformações e uma parcela da população que vive o conflito na pele a todo tempo, respectivamente.

Ainda segundo Gadotti (1998)

Fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial a unidade entre teoria e prática. A pedagogia, como teoria da educação, não pode abstrair-se da prática intencionada. A pedagogia é, sobretudo, teoria da *práxis*.

Nesse sentido, que o curso de formação em agroecologia “Residência Agrária Jovem” se configura muito mais como um projeto de transformação social local, considerando todos os seus limites territoriais e do número de beneficiários, mas que vai na direção de permitir ao jovem rural o entendimento de que ele é um sujeito ativo do campo, produtor e reprodutor de cultura e agricultura, de um potencial articulador de redes que, em comunhão com seus colegas, pode sim construir a transição agroecológica local.

LOCAL DE REALIZAÇÃO

O projeto está localizado em dois assentamentos rurais no estado de São Paulo. Nas próximas linhas, o autor pode ter acesso a informações relevantes sobre esses territórios.

Assentamento Fazenda Pirituba II – divisa dos municípios de Itapeva e Itaberá-SP

O assentamento Pirituba II tem 365 famílias assentadas/lotês, distribuídas em seis áreas ou setores distintos, com lotês de aproximadamente 17 hectares por assentado. Começou a ser implantado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1984, com as áreas I e II. As Áreas III, IV, V e VI, surgiram, respectivamente, nos anos de 1986, 1991, 1992 e 1996. A maioria das áreas tem uma cooperativa ligada, historicamente, com o MST, composta por parte dos assentados da agrovila.

Diversos produtores trabalham em grupo e outros de forma individual, principalmente na área II. Em geral, as cooperativas, maioria dos grupos e os individualizados, desenvolvem o cultivo de grãos como produção principal e de forma convencional, ou seja, com alta utilização de agroquímicos e financiamentos privados fornecidos pelas próprias companhias vendedoras de insumos. Além disso, tem hortas e produção animal (leite, ovos, porcos), sendo os dois últimos para consumo próprio.

Anteriormente à implantação dos Projetos de Assentamento, as 6 áreas tiveram um histórico de ocupação organizado em forma de acampamentos, conduzidos e coordenados pelo MST. A área atual está localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, distantes cerca de 350 km de São Paulo, na Região Sudoeste do Estado de São Paulo.

Aproximadamente 26% da população de Itapeva reside na zona rural e em Itaberá este número sobe para 41% (IBGE 1995). São, portanto, municípios, principalmente este último, em que o setor rural desempenha importante papel, em termos sociais e econômicos.

A pequena e a média agricultura familiar têm presença marcante na produção agropecuária e na geração de emprego e renda nestes municípios. Por volta de 37% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de dez hectares. Abaixo de 100 hectares estão 90% (censo agropecuário IBGE 1995) destes estabelecimentos.

As lavouras de grãos se destacam na economia rural dos municípios, respondendo por 66% do valor de tudo que é gerado no campo, considerando Itaberá e Itapeva em conjunto.

O modelo tecnológico de cultivo de grãos, na forma como é praticado, tem conduzido ao uso desenfreado e irracional de insumos e máquinas pelos assentados, obtidos a custos elevados e que obrigam a um endividamento excessivo para conseguirem realizar os plantios.

Por outro lado, a busca de resultados de curto prazo induzida por este tipo de tecnologia, não tem permitido se dar a devida importância para a procura de formas de manejo/tratamento dos recursos naturais, que conduzam a uma maior independência dos agricultores em relação ao uso de insumos e grandes máquinas, geralmente além de suas possibilidades financeiras.

De certa forma relacionada a este diagnóstico principal, os outros problemas estratégicos identificados no início do PROGERA, que dificultam o aumento da renda dos agricultores do assentamento, são: inadimplência de parcela significativa de assentados com as linhas oficiais de crédito; pouca diversificação da produção agropecuária comercial; pouco uso das terras para o auto-consumo das famílias e ausência de um mercado interno mais dinâmico.

Entre meados de 2004 e durante 2005 a direção regional do MST, apoiada principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, construiu o “Fórum Permanente para Aumento da Renda do Assentamento Pirituba”, por meio do qual se diagnosticou, com razoável nível de participação, os problemas relacionados à diminuição da renda que vem ocorrendo com os trabalhadores do Assentamento nos últimos anos.

Segundo esse Diagnóstico, ficou evidenciado que a degradação dos recursos naturais e o alto custo para se fazer a agricultura baseada no pacote tecnológico e na monocultura, são dois fatores que levaram a este quadro de diminuição da renda das famílias ao longo do tempo. Com isso, foi criado um documento chamado de “Pacto Ambiental” do assentamento Pirituba, no qual diversas medidas práticas devem ser realizadas pelas famílias, técnicos e lideranças para reverter o quadro.

O Instituto Laudenor de Souza, escola sediada no Assentamento, foi criado a partir da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado de São Paulo, a fim de transformá-lo num espaço de formação técnica de jovens baseado nos princípios agroecológicos e voltado para a implantação de nova matriz tecnológica com base na soberania alimentar e energética.

O ILS com sede no município de Itaberá, região Sudoeste do estado, foi inaugurado no dia 06 de maio de 2007. Já como parte de sua missão de promover a formação e a capacitação técnica em agroecologia, no dia 08 de maio do mesmo ano deu-se o início do curso “Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia”, em parceria com o Colégio Técnico da Unicamp, com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, com a participação de 60 jovens oriundos de vários assentamentos do Estado de São Paulo.

Atualmente o ILS promove iniciativas pontuais como seminário de agroecologia, educação do campo, associativismo e cooperativismo e busca manter vínculo com as famílias assentadas no estado de São Paulo, promovendo e fomentando ações que promovam os princípios da agroecologia, da soberania alimentar e fortalecendo a participação de jovens e mulheres.

Assentamento Zumbi dos Palmares – municípios de Iaras, Borebi, Agudos e Águas de Santa Bárbara -SP

As atividades do Movimento na regional de Iaras se iniciaram com a chegada de famílias já acampadas em diversas regiões do estado, como Pontal do Paranapanema e Campinas, além das famílias desta região que se juntaram ao Movimento, montando o acampamento “Nova Canudos”, em 1996, no município de Iaras, localizado no centro-sul do estado de São Paulo (cerca de 250 km da capital). Esta regional hoje abrange os municípios de Iaras, Agudos, Borebi e Águas de Santa Bárbara.

Em 1908, o governo federal criou o “Núcleo Monções”, com o intuito de colonizar o centro-sul do estado de São Paulo com imigrantes europeus, principalmente vindos da Holanda. Para criação do Núcleo, vários imóveis rurais foram adquiridos pela União nos municípios de Iaras, Águas de Santa Bárbara, Lençóis Paulista, Agudos e Borebi, totalizando cerca de 50.000ha. Em parte do Núcleo ocorreu a implantação do assentamento de colonos nacionais e estrangeiros, porém a destinação parcial, a titulação frágil e o não registro de muitos títulos pelos antigos assentados propiciaram o aparecimento de áreas remanescentes, gerando a problemática fundiária na região.

Durante o Estado Novo, em 1930, chega ao fim a vigência da Lei de Terras de 1850, porém, sem uma nova legislação fundiária, a Lei de 1850 continuava servindo em casos de pendências entre Estado e proprietários. Algumas leis foram decretadas como, por exemplo, a lei que dispõe sobre a ilegalidade de propriedade por usucapião, o que não significou fim de posses desse tipo. Somente a partir das discussões da Constituição de 1934, passa-se a questionar a função social da propriedade, o que reestruturaria a situação fundiária no território, pois assim, o latifúndio deveria atender ao bem-estar coletivo sendo destinado à reforma agrária, nos conformes da lei. Porém, uma versão atenuada do texto foi acatada pelo governo e, em vez de realizar a reforma agrária, Vargas estimulou a implantação de projetos de ocupação do interior, favorecendo a ocupação ilegal de vastas áreas de terras devolutas.

Essa ocupação ilegal das terras devolutas abrangeu o Núcleo Monções, que em 1996 se encontrava em posse de diversos latifundiários. Assim, em 1997 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entrou com a primeira ação reivindicatória e em 1999 foi criado o primeiro Projeto de Assentamento na região, o Assentamento Zumbi dos Palmares, com 54 famílias.

Atualmente a regional apresenta seis assentamentos: Zumbi dos Palmares (Iaras), Loiva Lourdes (Agudos/Borebi), Maracy (Agudos), Núcleo Pequeno Moisés (Iaras), Núcleo Nova Esperança (Iaras) e o recém-criado assentamento Rosa Luxemburg (Agudos); e três acampamentos: Maria José (Borebi), Luiz Beltrame (Agudos/Iaras) e Hugo Chavez (Águas de Santa Bárbara).

O Assentamento possui, ainda, uma Escola, intitulada Escola Estadual de Educação Popular Rosa de Luxemburg que já atua na formação de jovens camponeses. No momento a Escola está se organizando juridicamente e pretende, em breve obter um cadastro como pessoa jurídica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este artigo busca analisar de que maneira o curso Residência Agrária Jovem contribui para a transição agroecológica das regiões atendidas. Para isso, faz—se necessário compreender o que é agroecologia e, em seguida, o que é transição agroecológica, termo bastante utilizado nos dias de hoje.

A expressão agroecologia refere-se ao estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica. Tem como unidades básicas de análise os ecossistemas agrícolas,

abordando os processos agrícolas de maneira ampla, não só visando maximizar a produção mas também otimizar o agroecossistema total - incluindo seus componentes socioculturais, econômicos, técnicos e ecológicos (ALTIERI; NICHOLS, 2001).

Porém, WEZEL et al, no artigo *Agroecology as a science, a movement and a practice* conseguem estabelecer as bases científicas da agroecologia para além da produção agrícola, configurando-a como ciência, movimento e prática. É nesse sentido que pode-se compreender os diversos componentes da agroecologia, não apenas como uma base ecológica dos recursos naturais, mas também dos sistemas socioculturais das comunidades que praticam a agroecologia e do suporte político-econômico que permite ferramentas de desenvolvimento desse modelo na prática.

Para COSTABEBER (1998),

A transição agroecológica refere-se a um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo-se como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção para outro modelo ou estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Refere-se a um processo de evolução contínua, multilinear, e crescente no tempo, sem ter um momento final determinado.

A partir dessa definição, já fica claro que a transição agroecológica vai muito além da certificação de uma propriedade e que pode ser um processo lento, porém contínuo. Também é importante mencionar que a transição agroecológica envolve também aspectos externos à propriedade, como as redes ali envolvidas, tais quais Universidades, ONG's, associações, grupos de consumo, entre outros.

A hipótese desse artigo é que a formação de grupos de juventude no território dos assentamentos rurais a partir do projeto permite a estruturação de coletivos de agroecologia. Esses coletivos quando conseguem permanecer no tempo e realizar formas de manejo coletivos, como mutirões, feiras de trocas de sementes, comercialização conjunta, entre outras atividades que geram renda e relações de reciprocidade no campo, tendem a fortalecer a transição agroecológica no tempo. Na próxima sessão, serão discutidos os resultados e aprendizagens do projeto a partir dessa ótica.

RESULTADOS, APRENDIZAGENS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados até o momento foram:

- ✓ Atendimento a 42 jovens educandos no total (Itapeva = 23; Iaras = 17; Botucatu = 1; Bofete = 1);
- ✓ Realização de 6 módulos de Tempo-Escola (3 em cada assentamento), num total de 408 hs, mais 88 hs de Tempo-Comunidade *in loco*;
- ✓ Articulação dos agricultores para realização de uma feira agroecológica por parte de um dos educandos na cidade de Iaras;
- ✓ 2 bancos de Sementes Educativos criados;
- ✓ 3 oficinas de organização para retomada bibliotecas e incentivo à leitura realizadas;
- ✓ 2 atividades sobre Gênero e Sexualidade;

- ✓ Participação na Jornada de Agroecologia no Paraná;
- ✓ Participação na Feira Nacional da Reforma Agrária;
- ✓ 1 oficina com criação de vídeos de bolso;
- ✓ 1 oficina de musicalização e construção de instrumentos;
- ✓ 1 oficina de arte visual e cultura jovem;
- ✓ 3 SAF's implementados;
- ✓ Visita a 3 lotes de educandos para o envolvimento no processo de transição ecológica;
- ✓ Início da construção de 1 livro digital / Caderno Agroecológico Juventude Rural com as experiências identificadas e sistematizadas;
- ✓ Implantação e manutenção de 1 horta mandala;
- ✓ Articulação de um Seminário para apresentação dos resultados parciais na Universidade Internacional de Andalucia;
- ✓ Implementação de uma área de SAF (Sistema Agroflorestal) na Escola Rosa Luxembur
- ✓ Implementação de uma horta coletiva também na mesma escola
- ✓ Recuperação de uma área de SAF na escola Laudenor de Souza

Os principais temas abordados durante as formações foram:

- Agroecologia: O que é, princípios, conceitos e indicadores, e sua importância para a Agricultura Familiar;
- História da Agricultura e da Agroecologia;
- Educação Popular;
- Organicidade e Princípios;
- Reforma Agrária;
- Agroecossistemas, Equilíbrio Ecológico, Organismos; População e Comunidades;
- Unidade Familiar Produtiva;
- Panorama Regional de Atuação do MST;
- Compostagem;
- Transição Ecológica;
- Bioma Local e Sistemas Produtivos;
- Segurança Alimentar e Nutricional, e Soberania Alimentar;
- Oficinas artístico-culturais;
- Marx, o Capital e o Capitalismo;
- Os Ciclos do Açúcar, do Café e da Cana;
- A Revolução Industrial;
- Agricultura Camponesa;
- Estatuto da Terra;
- Revolução Verde;
- Orgânicos e Certificação

Pode-se perceber que o curso parte de uma série de conteúdos. Estes foram construídos em parceria com as comissões pedagógicas das escolas, visando alcançar os interesses dos educandos e partir da realidade de onde vivem. Por isso, as metodologias de ensino são sempre de debater coletivamente, em círculos, em pequenos grupos, como pode-se verificar nas imagens abaixo.



Figura 1 - Educandos preparam cartazes sobre segurança alimentar



Figura 2 - Apresentação dos trabalhos sobre a visão de agroecologia

A metodologia utilizada, como descrita anteriormente, também estimula o pensar a partir da prática, portanto, trabalha-se bastante nas áreas de produção das escolas, estimulando a pedagogia da práxis e a relação que os jovens estabelecem com o alimento.



Figura 3 – Aula prática sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais



Figura 4 – Educando e a barreira de adubos verdes na horta

Também trabalha-se questões que vão além da produção, como por exemplo, gênero e sexualidade, artes, comercialização, políticas públicas, visando desenvolver a noção de interdisciplinaridade, além dos diversos aspectos que interferem no dia-a-dia da vida no campo. Abaixo algumas imagens representativas.



Figura 5 – Turma reunida após a realização da oficina de *grafitti*



Figura 6 – Educandos participam da Feira Nacional da Reforma Agrária



Figura 7 – turma reunida no Banco de Sementes Comunitário

Uma das principais dificuldades encontradas é com relação ao manejo coletivo das áreas experimentais em agroecologia. Muitos dos educandos já possuem áreas de produção nos seus lotes, mas a ideia da escola em ter áreas produtivas é poder sustentar a alimentação do curso (verduras) e também de ser um espaço do ensino não apenas de técnicas, mas da importância do trabalho coletivo e da participação em organizações de base. Neste sentido, é sempre necessário convocá-los à estarem presentes. Porém, como as relações estabelecidas transpassam o nível do projeto, muitas vezes os jovens se reúnem para cuidar desses espaços também como uma forma de convivência social no campo, algo que muitas vezes falta no meio rural.

Outra dificuldade encontrada é a permanência do jovem no campo. Como não há muitas escolas e nem muitas oportunidades profissionais no campo, muitos deles acabam indo procura-las na cidade, o que não atrapalha o andamento do curso, visto que ele ocorre nas férias, mas sim da manutenção das áreas de referência em agroecologia. Portanto, um dos desafios do projeto continua sendo discutir a importância do trabalho coletivo, que respeita as dinâmicas da natureza e que permite aos jovens ter dignidade, alimento de qualidade, cultura e suas demais aspirações mesmo estando no campo.

CONCLUSÕES

A existência de escolas no campo, ainda que de ensino não formal, permite criar relações sociais mais profundas no meio rural. Soma-se a isso a convivência durante 02 anos nas atividades de tempo escola e de tempo comunidade, o que constrói relações de amizade e de parceria entre a juventude rural. Os resultados alcançados mostram que a atitude protagonista desses jovens os fez ir além das atividades curriculares, exemplo que pode ser demonstrado por meio da articulação de uma feira no município de Iaras. Os relatos desses jovens também nos mostram que eles são atores fundamentais no processo de transição agroecológica no lote, uma vez que os familiares mais idosos, muitas vezes, são descrentes de que é possível produzir sem insumos químicos, mito gerado pela Revolução Verde. Assim, muitos jovens começam a fazer seus canteiros, a manejar os

recursos locais e a gerar resultados produtivos e econômicos, o que muda a maneira como os mais velhos olham para esses jovens. Essa transformação faz com que os demais membros da família voltem a visualizar a possibilidade de se produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos que melhoram a soberania alimentar da família, assim como pode gerar um maior valor agregado quando há certificação ou vinculação a uma Organização de Controle Social (OCS), tema que será abordado no próximo módulo do curso.

Porém, é importante afirmar que esses cursos são resultado de luta dos movimentos sociais do campo e da institucionalização do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) e que, portanto, a existência de políticas públicas que visem capacitar o jovem rural é de extrema importância para a transição agroecológica local.

Nesse sentido, a existência do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o fortalecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foram fundamentais para o alcance dessas iniciativas.

Apesar de o projeto ainda não estar finalizado, pode-se afirmar que ele é uma faísca para a transição agroecológica local e que, a continuidade do processo vai depender da articulação dos atores locais, dos mecanismos de comercialização desenvolvidos, das políticas públicas de compras governamentais e do reconhecimento da comunidade como um todo de que produzir alimentos saudáveis é uma profissão extremamente relevante para as pessoas e para o planeta.

BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária*; Brasília, 2005.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. *Agroecología - Teoría y práctica para una agricultura sustentable*. 1ª ed. México: PNUMA, 2000.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Práxis*, Cortez. São Paulo, 1998

TEIXEIRA, E; BERNARTT, M; TRINDADE, G. *Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa*. Revista Educação e Pesquisa, vol.34 no.2 São Paulo May/Aug. 2008.

COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. Tesis de doctorado. Universidad de Córdoba, España.

WEZEL, A; BELLON, S; DORÉ, T; FRANCIS, C; VALLOD, D and DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agron. Sustain. Dev. Volume 29, Number 4, October-December, 2009.

